

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fernando José Martins<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo postula evidenciar a Educação do Campo como uma manifestação material de uma escola pública popular. Parte-se de uma referência marxiana contida em sua crítica ao Programa de Gotha, para refletir a essência da educação pública popular. O conjunto de reflexões aborda a concepção de Estado, para localizar o compromisso social frente à educação e a inserção da população na gestão do mesmo. Nesse sentido, a categoria autonomia é fundamental para relações entre sujeitos sociais e Estado. Também é necessário tratar dos limites da escola atual sob o Capital e a prática educativa popular, que aproxima escola e vida. Assim, a proposição efetuada alia-se ao pleito da escola pública popular, cujo conceito também é detalhado. A prática da Educação do Campo é exposta com a finalidade de materializar tais princípios, tanto no plano formal, legal, como pedagógico e prático. Por fim, destaca-se a necessidade da inserção dos movimentos sociais – no qual a Educação do Campo é inserida – e suas dinâmicas na práxis educacional, fator preponderante na construção da educação popular.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo, Escola e Emancipação.

**Abstract:** This text postulated to evidence the Field Education as a material manifestation of a popular public school. So far, the debate may seem peaceful, that is, to shape and sustain such an assumption, one starts with a Marxian reference with double intentionality: evidence the sustaining method of reflections and reflect from Marx's considerations, the essence of popular public education. The set of reflections addresses the concept of State, to find the social commitment to education and population's inclusion in its management. In this sense, the category autonomy is fundamental to relations between social actors and the

<sup>1</sup> Professor do Colegiado de Pedagogia do Centro de Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, campus de Foz do Iguaçu e do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras, da mesma instituição. Mestre e doutor em Educação. Endereço Eletrônico: fernando.martins@unioeste.br

State. It is also necessary to address the limits of the current school under the Capital and the popular educational practice, which approximates school and life. In this sense, the proposition carried joins the plea for the popular public school, whose concept is also detailed. The Field Education practice is exposed in order to materialize these principles in formal, legal, pedagogical and practical plans. Finally, there is the need for social movements' integration - in which the Field Education is inserted - and their dynamics in educational praxis, a major factor in the construction of popular education.

**KEYWORDS:** Country Education, School and Emancipation.

## Introdução

O presente texto é resultado de uma práxis que vai além de pesquisa empírica. É a soma de pesquisas, mas também de ações, participações e práticas do autor junto ao movimento de Educação do Campo, que se substancia em um texto teórico, de relações conceituais, como a que se estabelece entre o postulado marxiano e a Educação Popular, na práxis da Educação do Campo, porém, com o real como mediador claro e indicador empírico.

O movimento da Educação do Campo é um fenômeno educacional contemporâneo e complexo, que está no centro, tanto de debates acadêmicos, como no conjunto de políticas e ações governamentais atuais. Contudo, a essência em movimento de tal fenômeno, aponta indicativos importantes para o debate relacionado aos elementos da Educação Popular, que serão desenvolvidos no interior do artigo.

Nesse sentido, o presente texto buscará expor a prática da Educação do Campo, no contexto do que chamamos de escola pública popular. Para tanto, as reflexões se concentrarão em torno das características expostas por Marx, na sua crítica ao programa de Gotha, sobre Educação Popular. As reflexões serão efetuadas a partir daí e com elementos do debate acerca da escola pública popular e também do debate acumulado sobre a Educação do Campo. O que implicará também em uma revisão conceitual sobre a própria Educação Popular e, principalmente, sua vertente voltada à escola, debate

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO

que pode se localizar historicamente no período pós década de 1980, justamente quando o debate e a visibilidade nacional e teórica do movimento de Educação do Campo se estabelece no cenário brasileiro. Primordialmente, é importante precisar que a prática da Educação Popular não é homogênea, nem mesmo uni conceitual. Inicialmente, o conceito de Brandão (2006), indica três tendências, é pertinente:

1) a educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.; 2) a educação popular realiza-se como um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares, detendo estes últimos a razão da prática e, os primeiros, uma prática de serviço, sem sentido em si mesma; 3) a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político — em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado, de um grupo de mulheres a uma frente armada de luta — e constrói o seu próprio conhecimento. (BRANDÃO, 2006, p.56)

A partir dessas tendências é possível localizar as premissas desse trabalho, tanto a concepção associada à autogestão contida no texto marxiano já citado, como as práticas educativas relacionadas à chamada Educação do Campo, que, em certa medida, serve para esse texto como campo empírico de observações e considerações práticas.

### A base da reflexão: os fundamentos

Embora Marx não tenha se debruçado sobre o fenômeno educacional, seu método e sua práxis indicam seus pressupostos acerca da prática educativa, que reside na premissa da emancipação humana e social e no conceito de práxis. Literalmente, pode-se encontrar, nos escritos marxianos, referências sobre a educação. O excerto evidenciado abaixo, por envolver diretamente a temática da educação popular, e, em certa medida, a concepção de Marx sobre elementos da rede escolar pública, servirá no presente texto de base para o conjunto das reflexões a seguir. Diz Marx que:

Isso de “educação popular a cargo do Estado” é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino etc., e velar pelo

cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado [...] e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! (MARX, 1978, p.89)

O texto acima, embora sintético, traz reflexões centrais, não só para o desenvolvimento dos argumentos contidos aqui, mas para a educação pública, popular e do campo, tratando dos elementos de relação da educação com o Estado, o princípio da autonomia, e a tomada do sujeito como central para a constituição do aparelho educativo. Aqui estão expostos princípios de autonomia e de autogestão, que são categorias centrais para a escola com perspectiva emancipatória. Há um princípio que é presente na obra marxiana e fundamental para a abordagem aqui efetuada. É o fundamento conceitual que Conceição Paludo atribui à educação popular, em obra que versa sobre a temática. Assim, toma-se “A educação como prática social emancipatória. Isto é, prática social comprometida com as classes populares, com a construção de um mundo humano e realizadora da mediação entre a consciência e o mundo.” (PALUDO, 2001, p.13). Aqui residem duas premissas básicas citadas como referência para a educação popular: primeiro, seu caráter emancipatório, o que insere outra categoria importante no debate, e o complemento da citação faz menção às classes populares, que contém uma interação importante para a presente análise. Ao falar de classe, trata-se de outra categoria fundamental no pensamento marxiano, mais que isso, expõe-se uma compreensão de sociedade. Seu complemento popular, ao menos no presente texto, remete a uma categoria mais ampla: classe social, às camadas tradicionalmente conceituadas como populares, em sua grande maioria, sinônimo absoluto de classe trabalhadora.

É possível perceber tal relação: educação popular, classe, emancipação, nas mais variadas concepções e práticas. Ao analisar a Educação Popular na América Latina, Alfonso Torres Carrillo, mesmo ao salientar que as concepções remetem a momentos específicos, destaca um núcleo comum de componentes da Educação Popular, que possibilitam uma conceituação, eles são:

1. Una lectura crítica del orden social vigente y un cuestionamiento al papel integrador que ha jugado allí la educación formal.
2. Una intencionalidade política emancipadora frente al orden social

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO

imperante.

3. Un propósito de contribuir al fortalecimiento de los sectores dominados como sujeto histórico, capaz de protagonizar el cambio social.

4. Una convicción que desde la educación es posible contribuir al logro de esa intencionalidade, actuando sobre la subjetividad popular.

5. Un afán por generar y emplear metodologias educativas dialógicas, participativas y activas. (CARRILLO, 2012, p.14)

É necessário destacar que a correlação entre classe trabalhadora e popular não é imediata. Quero fazer aqui uma pequena digressão, com uma intersecção. Os movimentos que estão nas ruas brasileiras nos dias de hoje (junho de 2013) são eminentemente constituídos por populares. A população está nas ruas, primeiramente, pelo transporte e, hoje, por todas as bandeiras possíveis. Isso não quer dizer que seja um movimento classista, bem ao contrário, uma das discussões mais fortes do momento presente é a possibilidade das bandeiras, seja de partidos, seja de movimentos ou centrais sindicais, no interior das manifestações. Esse fenômeno aponta a complexidade entre classe trabalhadora e popular, inclusive, em certos momentos históricos, as divergências entre tais categorias.

Além de tal controvérsia, observa-se que há uma complexidade na constituição do mundo do trabalho atual que multifaceta o conceito de classe trabalhadora. E ainda, há muitos sujeitos das camadas populares que não são inseridos em processos de trabalho, ao menos, o chamado trabalho produtivo. Contudo, tais características, de acordo com a abordagem aqui efetuada, não permitem dissociar tais conceitos. As camadas ou classes populares são constituintes da classe majoritária, que é explorada na sociedade de classes. Se a tradicional formatação da classe trabalhadora, operária, não consegue abordar a plenitude dos sujeitos sociais populares, as condições de desigualdade social, de exploração e de exclusão da atual sociedade, delimitam uma confluência dos sujeitos populares em torno de uma concepção de classe. E é para e por essa própria classe que os processos de educação popular são constituídos.

Ademais, as categorias autonomia/autogestão são

balizadoras da educação popular. A autonomia é uma categoria estratégica para a presente discussão, uma vez que a prática de educação popular que se quer, dá-se em escolas públicas e obedecem ao circuito oficial de determinações. Porém, não se restringe às normatizações estatais, pois ampliam a compreensão educativa contida na proposta oficial, construindo currículos vinculados ao conhecimento universal e voltados às necessidades locais. “Etimologicamente, autonomia significa o poder de dar a si a própria lei, *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei).” (ZATTI, 2007, p.12). Veja que tal definição se aproxima do conceito de autogestão. “Por autogestão se entende um sistema no qual a coletividade se auto-administra. Portanto, não se trata de participar de um poder, mas sim de ter um poder.” (MOTTA, 2003, s/p). Na prática da educação popular, os conceitos não estão dissociados e sim imbricados num único processo: autonomia frente às práticas hegemônicas que deseducam e autogestionárias em seu processo de vinculação com as demandas e necessidades populares.

O exercício da categoria autonomia, muito próximo da autogestão, como fora evidenciado, é a prática que as camadas populares utilizaram em sua luta por escola. Ao analisar em outro trabalho (MARTINS, 2011) o processo de ocupação da escola, pautando-se nas experiências e lutas da população por escola, expus que desde a organização dos trabalhadores ligados aos primórdios do sindicalismo no Brasil, passando por movimentos operários, escolas comunitárias e outras experiências, até a chegada aos processos aqui evidenciados, de Educação do Campo, a prática de autogestão popular é uma constante. A Educação do Campo só se faz pelos próprios sujeitos do campo. É a mesma constatação a qual chega João Francisco de Souza ao versar sobre o conceito de educação popular:

Todo esse processo vai transformar o conceito de educação popular que, no Brasil, vinha se construindo desde a década de 1920, como extensão da escola dos setores médios urbanos às crianças dos setores ditos populares (camponeses, operários, desempregados, assalariados rurais, posseiros). A partir das lutas populares, a Educação Popular vai se metamorfoseando e passa a ser entendida como uma dimensão da cultura popular, como dimensão pedagógica da organização popular. (SOUZA, 2007, p.66)

É preciso destacar duas faces das considerações anteriores: inicialmente, a articulação das categorias de análises utilizadas

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO

neste trabalho e o movimento prática das lutas populares por educação. Contudo, o essencial a ser destacado é o caráter histórico de tal vinculação. Há uma série de condicionantes históricos e, principalmente, sociais nos momentos de organização popular encontrados nos momentos referenciados. Isso indica que a relação classista que rege demais relações expropria muitos sujeitos das camadas populares do acesso ao saber e essas reagem de acordo com as necessidades históricas. Assim, o hoje é também um momento histórico no qual a educação popular necessita estar inserida, seja na escola, nos sistemas educacionais, ou como perspectiva educacional. Ainda que em épocas diferentes, a prática da educação popular encontra viabilidade nos dias atuais, ousaria dizer, além de viabilidade, necessidade.

### Compreensão de Escola Pública Popular

Debater a temática da escola pública contemporânea nos remete a um debate mais amplo, a questão do Estado na sociedade capitalista. Esse debate é necessário por dois motivos: primeiro, porque falar de escola pública hoje é falar de escola estatal. À classe popular e trabalhadora não é facultado prescindir da manutenção do Estado para suas demandas sociais e, entre elas, a escola. Mesmo porque, uma das justificativas para a existência do Estado nessa sociedade (ao menos no plano discursivo) é a oferta de serviços sociais básicos. Em segundo lugar, o debate é necessário pela complexidade do tema, as diversas concepções de Estado e, ainda, pelas posições de negação total ao diálogo com o Estado, que muitos autores marxistas assumem.

Muitos estudiosos se alicerçam em um jargão mal reproduzido do manifesto do partido comunista e veem no Estado um “comitê da burguesia” e, assim, negam qualquer avanço na obtenção de espaços relacionados com o Estado. Nesse bojo, entra a escola. Procuramos entender as lutas no interior dos aparelhos de Estado, como entendemos o processo de lutas de classes. Para isso, destaco menos três autores que se relacionam com a noção de Estado aqui exposta: Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Carlos Nelson Coutinho. Como o objetivo do texto não é realizar um debate especificamente sobre Estado, remeto-me apenas a um dos pensadores, para expor a

noção de Estado na sociedade capitalista. Assim, Nicos Poulantzas, afirma que vê o Estado “como uma relação social, mais especificamente, como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, que se expressam, de maneira sempre específica, no seio deste Estado” (POULANTZAS, 2000, p. 130).

Essa noção é essencial para o debate e a prática da educação popular, pois, é necessário compreender o Estado como espaço de disputa permanente e ainda mais: que sob o capital, esta disputa será sempre desigual, favorecendo aqueles que já detêm o poder. E no movimento histórico brasileiro, muitas vezes o avanço popular é uma estratégia do poder. Isso é e foi comum, principalmente em períodos históricos populistas, Beisiegel afirma que “mediante a promoção das denominadas reformas de base - entendidas na época, como indispensáveis à incorporação não revolucionária das massas à nação” (BEISIEGEL, 2004, p.170), o pleito por educação popular pode ser aqui incorporado.

Somando tais considerações, Conceição Paludo sintetiza as afirmações aqui contidas, aplicando-as ao debate da Educação Popular:

Partindo-se da compreensão de que a disputa pela hegemonia no seio da sociedade civil é fundamental como condição prévia para o acúmulo de forças no interior da sociedade, para a conquista do poder e para a sustentação de tal poder no sentido da implementação de reformas substantivas, visando a uma integração crítica e transformadora de um contingente cada vez maior da população, então não há como negar que a força do poder popular é uma confluência de diferentes alternativas, que acontecem em diversos espaços que se orientam na perspectiva de democratizar o Estado, a sociedade e o capital. (PALUDO, 2001, p.152)

Diante das considerações expostas, é possível afirmar que a prática da Educação do Campo se insere na concepção de Estado descrita. Hoje, ela figura, além de movimento social, também como política pública de educação. Os movimentos sociais buscam o acesso à escola mantida pelo Estado e, sobretudo, visam ao controle da coisa pública por meio da efetiva participação. Além de tomar parte, são os sujeitos que constituem as práticas, são os camponeses que constroem cotidianamente a Educação do Campo e esses constituem as camadas populares da sociedade.

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO

A contradição da relação entre Estado e classes populares subalternas é o nó mais espinhoso. Pois, na sociedade capitalista classista, o Estado, em última instância, corresponde aos interesses da classe dominante, isso se reproduz também no sistema escolar. Em um trabalho específico sobre a escola pública popular, Ana Maria do Vale aponta também tais características, corroborando as afirmações feitas acima e, ainda, temporalmente, explicita a necessidade de ação imediata, independente das condições favoráveis.

Acreditamos que a construção da escola pública popular, a que almejamos, poderá ser iniciada (como já está acontecendo hoje), no interior da escola pública burguesa. Lá, no seu interior, podemos ser invasores dessa escola, visando à sua transformação. Como já mencionamos, somos contrários à idéia de que é necessário a transformação plena do Estado e da sociedade para depois obtermos a escola pública popular. (VALE, 2001, p.63-4)

Embora, para os marxistas mais dogmáticos, o debate acerca das possibilidades de avanço no interior do Estado atual seja inócuo, venho argumentando o contrário. E radicalizo no sentido da aproximação das categorias marxianas, ao concordar com Vale (2001, p. 55) que “O popular oportuniza desvendar o que a classe dominante tanto teme – as classes sociais, pois se existe algo popular significa já admitir a existência de algo não popular, portanto, pertencente a uma outra classe social – a elite”. Nesse sentido, a escola pública popular é uma escola de classe. E o conceito de classe é essencial para a conceituação epistemológica aqui utilizada. Escola pública já é ofertada à população, resta transformá-la. E, seguindo o argumento, a transformação também é uma constante na definição da escola pública popular.

Resta definir os elementos que necessitam serem transformados, a serem definidos no processo de transformação escolar, contudo, toda a forma escolar detém a necessidade de tal transformação, de seu conteúdo a sua gestão. Penso que é necessário pautar a centralidade dos sujeitos sociais populares no processo educativo, tanto na condição de quem usufrui da escola, quanto na condição de partícipe da gestão da mesma e, ainda, ir além. Enfim, “A escola pública popular está ligada, portanto, à luta desses segmentos por uma mudança qualitativa da escola, conferindo-lhe uma nova função social.” (VALE, 2001, p.56). Essa nova função está ligada, no entendimento aqui

proposto, à emancipação humana e social.

## A Educação do Campo e a Educação Popular

Embora a noção de escola pública popular detalhada no item anterior remeta à premissa marxiana, exposta no início do texto, quer-se aqui retomar dois elementos essenciais para nosso debate. Quando Marx diz que a educação popular a cargo do Estado é inadmissível, o faz com alicerces sólidos, dentre eles, a própria natureza hegemônica em uma sociedade classista, que será “anti-popular”, ou, no limite, espaço de domesticação. E ainda, como já fora pontuado, são os limites do Estado na sociedade capitalista, com consequências diretas à escola pública, na qual são atendidas majoritariamente as camadas populares. É nesse sentido que inserimos o debate da Educação do Campo, como processo contraposto a tal realidade e referendando a premissa marxiana. Esse Estado não pode ser educador, muito menos popular. O que não implica afirmar que a Educação do Campo quer ser construída em uma esfera distinta da estatal. Essa se investe de caráter público, ou seja, a prática da Educação do Campo é um ato de defesa da escola e da educação pública.

A Educação do Campo se soma aos princípios apontados por Marx, justamente por ser uma construção coletiva, uma conquista da sociedade e dos sujeitos organizados desde sua base material, ou seja, uma demanda pautada pelos movimentos sociais do campo. Os primórdios da Educação do Campo são marcados pela participação dos sujeitos que demandam a escolas e educação *no* campo e não só isso: ela necessita ser “do” campo, justamente por procurar manter traços identitários dos sujeitos que a compõe. O que não significa reduzir as práticas educativas a tais traços, a Educação do Campo reivindica, de forma clara, os saberes historicamente acumulados, o que não é visualizado pelos críticos, mesmo dilema que enfrenta a prática histórica da Educação Popular.

Os sujeitos mandatários da Educação do Campo estão organizados em torno de movimentos sociais do campo, entre os quais podem ser citados; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, MMC - Movimento das Mulheres Camponesas, MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra, CEFFAs Centros Familiares de Formação por Alternância, CONTAG -

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, CPT - Comissão Pastoral da Terra; FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar entre outros que aderem e constroem cotidianamente a Educação do Campo.

Além desse caráter primordial, da congregação de vários movimentos sociais em torno de uma demanda, que vem produzir uma importante categoria no cenário educacional, a Educação do Campo pode ser, ela mesma, considerada um movimento social, se não, ao menos, está em movimento. No entanto, é fato que:

(...) a Educação do Campo está construindo uma experiência significativa na história da educação brasileira. Oriunda da materialidade de lutas e adversidades sociais, composta por sujeitos sociais organizados por movimentos consolidados, torna-se ela própria um movimento social. (MARTINS, 2011, p.181)

Essa vinculação orgânica com os movimentos sociais, ou mesmo características de movimento social, confere à Educação do Campo algumas características que se articulam no presente texto. De saída, é importante destacar seu caráter popular, uma vez que é constituída pela população em movimento e, essencialmente, para as camadas populares que residem e constroem sua existência no campo, ou ainda, com aqueles que foram expulsos do campo e estão nos bolsões de pobreza de grandes cidades e em municípios rurais. Essa marca material aponta para o caráter popular da Educação do Campo, porém não se encerra nela.

Geralmente, esses sujeitos são marcados pelo trabalho que desenvolvem, que está atrelado diretamente à sua origem popular e também de classe, pois estamos salientando os sujeitos que são explorados, podem ter diversas nomenclaturas oriundas de seus modos de se relacionar com o campo. Pequenos produtores, agricultores, parceiros, meeiros, Sem-Terras, assentados, caboclos, re-assentados, colonos, peões, capatazes, posseiros, bóias-frias, caixaras, arrendatários, volantes, ilhéus, ribeirinhos, assentados, quilombolas, seringueiros, faxinalenses, diaristas, foreiros, pantaneiros, caipiras, pescadores, agregados, sertanejos, roceiros, lavradores, sem contar ainda os indígenas, demais povos das águas, ou seja, uma infinidade de sujeitos,

nomes que se moldam conforme as regiões que estão localizados. Frente ao total de nomenclatura e sujeitos, aponto o quanto é apropriada a expressão “popular” para eles. De modo geral, todos são explorados, porém, nem todos das formas tradicionais, como os pequenos produtores, ou extrativistas, que podem até mesmo serem detentores de terra, mas explorados igualmente.

O próprio conteúdo e proposta pedagógica da práxis da Educação do Campo retomam princípios fundamentais da Educação Popular, desde Paulo Freire como referência teórica, até a inserção dos saberes populares na prática educativa como eixo fundamental e relacionam e articulam essas duas expressões. É necessário sinalizar que a escola, como aparelho do sistema, sustenta-se na artificialização de conteúdos escolares e o distanciamento entre ela e vida. A práxis da Educação do Campo procura articular essas condições que são indissociáveis: os educandos (as) não estão se “preparando” para viver, eles se encontram vivenciando uma prática social, que necessita urgentemente ser inserida em sua vida escolar. Em suma, tais características evidenciam o quão popular é a Educação do Campo.

É preciso retomar aqui uma premissa que é cara tanto para Educação do Campo como a Popular. Os intelectuais, mesmo os de esquerda, as acusam de não acessar o conhecimento universal. Visão equivocada, nos primórdios, a inserção no universo letrado, era o foco da alfabetização de adultos promovida pela Educação Popular. As escolas ligadas hoje ao movimento de Educação do Campo procuram inserir seus sujeitos no arcabouço universal, inclusive acessar ciência e tecnologia a as dominar para a efetivação de seus princípios, como é o caso da construção da chamada agroecologia. Nesse sentido, a Educação do Campo não prescinde dos saberes universais e sim alarga o acesso e a incorporação dos mesmos, a partir da suas inserções na realidade local dos sujeitos que a constituem.

Outra característica a ser destacada é o desdobramento da exposição sobre a autonomia e à prática da Educação do Campo. Coaduna com os dizeres de Marx, que o Estado deve fixar condições de capacitações docentes, matérias de ensino etc., mas não educar o povo. O movimento de Educação do Campo busca, entre outras coisas, escola pública para os sujeitos do campo e, ainda, acesso ao conhecimento sistematizado. Na

## ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO

luta por tais elementos, vai além dos mesmos. O movimento arrancou desse Estado reconhecimento, que se materializa por legislação específica e políticas públicas para a Educação do Campo.

A aprovação de documentos como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (BRASIL, 2002), ou de uma série de legislações estaduais e municipais espalhadas pelo Brasil e, mais que isso, o conteúdo de tais documentos, evidenciam o caráter autônomo da inserção da Educação do Campo no debate nacional. Os documentos também se desdobram em aporte material de políticas. Nesse sentido, pode-se mencionar desde o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, concomitante ao surgimento da Educação do Campo, até uma série de programas, projetos e Ações, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo; Projovem Campo – Saberes da Terra; Escola Ativa, entre outros. E hoje, o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, pacote governamental de investimentos, inclusive para a construção de escolas. Esse conjunto de ações, embora capitaneadas pelo Estado, são demandas dos sujeitos sociais, em sua maioria, atividades desenhadas por eles, e muitas vezes, geridas e controladas também por esses sujeitos sociais, organizados em seus movimentos.

Um ponto de intersecção entre educação popular e do campo, reside no ato de que a Educação do Campo busca e luta para oportunizar a escola e a educação formal aos sujeitos do campo. Trata-se de uma popularização da educação e da escola, que se compromete não somente com os sujeitos que serão atendidos, mas, sobretudo, com uma perspectiva de educação emancipatória, visto que são os sujeitos do campo brasileiro, hoje, os mais alijados do processo educativo formal. Segundo dados de organismos “oficiais” (sobre os quais é necessário um olhar crítico) a Unicef afirma que em dois anos foram fechadas 8,23 % das escolas do campo, ou seja, 7145 escolas fechadas em dois anos (UNICEF, 2013, p.14), o que simboliza o direito à educação negado, majoritariamente, aos sujeitos do campo. Garantir o acesso à educação aos sujeitos do campo é uma das formas mais evidentes de popularização das práticas educativas.

Esses apontamentos indicam, dialogando teoria e prática, que, por um lado, a prática popular da Educação do Campo nega o Estado como educador do povo e localiza o Estado em sua materialização capitalista e como aparelho dessa. O movimento faz essa negação quando assume que a oferta e as políticas para a educação no campo são insuficientes e pautam necessidades e novas práticas para o setor. Por outro lado, de uma maneira autônoma, reivindica desse mesmo Estado a responsabilização por tais demandas, desde apoio material, como financiamento, até amparo legal para as ações construídas coletivamente pelos sujeitos do campo. Penso ser essa uma espécie de materialização das premissas marxianas expressas no início do texto.

### **Apontamentos finais**

É no divórcio entre escola e vida que a escola capitalista se alicerça. Assim, a escola em particular e o processo de educação, como um todo, revestem-se de novas funções, diferentes do ato de desenvolver as potencialidades dos seres humanos. Ainda que tal desenvolvimento seja restrito somente à dimensão intelectual. O processo educativo em geral sob o capital e a escola, particularmente, assumem responsabilidades de domesticação, alienação e, principalmente, processos de rupturas. Entre eles podem destacar-se, além da ruptura entre escola e vida, outras cisões como entre educação e trabalho, entre trabalho manual e intelectual, entre conhecimento e consciência, prática e práxis, entre ciência e saber e outras fissuras inadmissíveis. As características dessa escola, que é hegemonicamente a escola pública contemporânea, evidenciam para aqueles que querem educar para a emancipação, os limites e a insuficiência do cenário atual. Nesse sentido, é necessário transformar tal situação. Miguel Arroyo destaca tal necessidade de mudança e aponta para sujeitos responsáveis por ela:

Os movimentos sociais populares retomam e radicalizam os vínculos entre outra função da escola e outro projeto de sociedade e de Estado. Os movimentos do campo são explícitos nesse ponto. Começam suas propostas de educação debatendo que campo para uma Educação do Campo, que território para uma educação indígena, quilombola, que projeto de campo, de território de política

**ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO**

agrária (agronegócio *versus* produção camponesa) em um projeto de sociedade e de nação. É da pedagogia dos movimentos sociais que emana a pedagogia da terra, da identidade cultural. Estes ideais de transformação social, libertação conferem outras dimensões à educação, à formação de professores educadores, aos currículos e estruturas e à administração e participação na gestão escolar. (ARROYO, 2008, p. 54).

A citação é extensa, porém, por si, própria poderia concluir o presente trabalho. Arroyo se manifesta em relação aos movimentos populares do campo, ou seja, como apontamos e defendemos, podemos afirmar que ele fala da própria Educação do Campo. Uma pedagogia que busca a transformação do quadro educativo atual, porém construído a partir dele. É esse Estado, é essa escola pública que precisa ser transformada. O que é inegociável no processo de transformação é “um outro projeto de sociedade”. Projeto esse que além dos processos educativos não-formais, necessita impactar também na totalidade dos processos educativos formais, ou seja, no tecido estrutural e interno da escola pública. Essa necessidade, que vem sendo colocada em prática pela Educação do Campo, aponta para possibilidades concretas e reais da construção de uma escola pública e popular. Não somente na teoria, nem futuramente: hoje.

Dessa maneira, a retomada dos pressupostos da Educação Popular, que postulo estarem evidentes na prática do chamado movimento de Educação do Campo, reacende, não somente a chama de esperança, mas também a materialidade da possibilidade, a viabilidade do inédito viável, já postulado por Paulo Freire. Constatar nas práticas educativas, daquelas mais carentes estruturalmente falando, experiências de reconstrução pedagógica, como são as práticas educativas do MST; alternativas pedagógicas, como é a pedagogia da alternância, utilizada pelas Casas Familiares Rurais e outros movimentos, incluindo o MST (cada qual, de acordo com sua perspectiva), ou ainda, somente o sentido literal de comunidade escolar, descaracterizado há tempos da maioria das realidades urbanas, tudo isso é um ponto de referência consistente para aqueles que postulam a uma prática educativa emancipatória.

**Referências Bibliográficas**

ARROYO, G. Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade política? In: CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (orgs.). *Políticas Educacionais e organização do Trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.

BEISIEGEL, C. de R. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. 2ª ed. Brasília: Líber Livro, 2004.

BRANDÃO, C. R. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. CNE. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo*. (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.

CARRILLO, A. T. *La Educación Popular; Trayectoria y actualidad*. 2. ed. Bogotá: Editorial El Buho, 2012.

MOTTA, F. C. P. Administração e participação: reflexões para a educação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v. 29, n. 2, dez. 2003 .  
Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 nov. 2008.

PALUDO, C. *Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Camp, 2001.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, J. F. de. Educação Popular e Movimentos Sociais no Brasil. In: CANÁRIO, R. (Org.) *Educação Popular & Movimentos Sociais*. Lisboa: Educa, 2007.

STRECK, D. R. A Educação Popular e a reconstrução do Público: Há fogo sobre brasas? *Revista Brasileira de Educação*. V. 11 n.32. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a06v11n32.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2009.

UNICEF. *Fora da Escola não pode! O desafio da exclusão escolar*. Brasília: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. 2013.

VALE, A. M. *Educação Popular na Escola Pública*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**ESCOLA PÚBLICA E POPULAR E EDUCAÇÃO NO CAMPO**

ZATTI, V. *Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*.  
Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.